



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
Estado do Paraná

**MENSAGEM DE LEI Nº 17/2025.**

**Maringá, 28 de abril de 2025.**

**Exmo. Senhor Presidente:**

O presente encaminhamento tem por objetivo levar ao conhecimento de Vossa Excelência e Excelentíssimos Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 32, § 1º da Lei Orgânica do Município, o **VETO PARCIAL**, ao Projeto de Lei Ordinária nº 11.934/2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão de antecedentes criminais e de atestado de antecedentes criminais pelos profissionais que atendem crianças e adolescentes no Município de Maringá e dá outras providências.

O veto diz respeito especificamente ao §2º, do art. 1º e o art. 2º, *caput*, do Projeto de Lei aprovado, com o seguinte teor:

*Art. 1º [...]*

*§ 2.º As entidades conveniadas, contratadas ou participantes de programas de parceria público-privada deverão exigir a Certidão de Antecedentes Criminais e o Atestado de Antecedentes Criminais de seus colaboradores antes do início das atividades e, durante o período de atividade do trabalhador, a cada 2 (dois) anos.*

*Art. 2.º Aos servidores efetivos do Município, o órgão competente da Administração Municipal deverá exigir a Certidão de Antecedentes Criminais e o Atestado de Antecedentes Criminais para fins de ingresso no serviço público, e, durante o período de atividade do servidor, a cada 10 (dez) anos.*

Acontece que essa exigência já decorre do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 8.069/1990, através do art. 59-A, *caput*, inserido recentemente pela Lei Federal nº 14.811/2024. Pela referida norma, o prazo de atualização de tais documentos é de 06 (seis) meses. Vejamos:

*Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

Nesse sentido, e independentemente da atual eficácia da norma federal, verifica-se que há um descompasso entre o definido pelo ECA e o que foi aprovado por Vossas

Senhorias, **que estabelece um prazo muito maior ao que está fixado na lei federal, saltando dos 06 (seis) meses para 02 (dois) anos, no caso de entidade privadas e 10 (dez) anos, para servidores públicos.** Ao que parece, a norma municipal acaba por contrariar a política de proteção integral, podendo permitir que condenações criminais recentes passem despercebidas por quase uma década.

Isto é, a norma como posta acaba por flexibilizar e relaxar a exigência posta pelo ECA, podendo facilitar a exposição a abusos, violência ou outros crimes, comprometendo a segurança de crianças e adolescente.

Por essas razões, não resta alternativa, senão, nos termos do artigo 32, § 1º da Lei Orgânica Municipal, promover o **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 11.934/2025, em específico ao §2º, do art. 1º, bem como o art. 2º, *caput*.

Contamos com a compreensão, e na certeza do mesmo entendimento por parte de Vossas Excelências às justificativas para o veto ora apresentado, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Excelentíssima Senhora:

**MAJORIE CATHERINE CAPDEBOSCQ**

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

NESTA



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Américo Vieira Pessôa, Secretário (a) de Governo**, em 28/04/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Magalhães Barros II, Prefeito Municipal**, em 28/04/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5974945** e o código CRC **F1F114B9**.